

Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo
Estado de Mato Grosso do Sul

<input checked="" type="checkbox"/>	Projeto de Lei	PROTOCOLO DE RECEBIMENTO: 10/05/21	Nº 17/21
<input type="checkbox"/>	Proj. de D. Legislativo		
<input type="checkbox"/>	Projeto de Resolução		
<input type="checkbox"/>	Requerimento		
<input type="checkbox"/>	Indicação		

AUTOR: NEGO DA BORRACHARIA – PSD

Torna obrigatória a disponibilização online de guias para pagamento do IPTU

JUSTIFICATIVA:

É contraditório assistir a cidadãos aglomerados em plena pandemia para buscarem suas guias de IPTU enquanto cabe à própria Prefeitura estimular o pagamento para zelar pela arrecadação.

Já na terceira década do século XXI, faz-se mais que necessária a apresentação de soluções, como um meio para que a população possa emitir suas guias online e terem o conforto de arcar com o imposto sem necessitar sair de casa, ainda mais em um momento onde o próprio Poder Público recomenda a permanência do povo em suas respectivas residências.

Sob o ponto de vista técnico, não há o que se contestar, vide que o próprio Executivo já fornece em seu site serviço de ITR e a possibilidade de emissão de holerite para os servidores da Prefeitura, sendo plenamente possível criar uma área segura para guias de IPTU.

Destaca-se, ainda, que o presente Projeto de Lei não representa ônus ao Executivo. Ao contrário, vai ao encontro dos interesses da Prefeitura, criando uma medida legal permanente para facilitar a arrecadação municipal.

Gabinete do vereador Nego da Borracharia, 10 de maio de 2021.


Álvaro Andrade dos Santos
Vereador – PSD

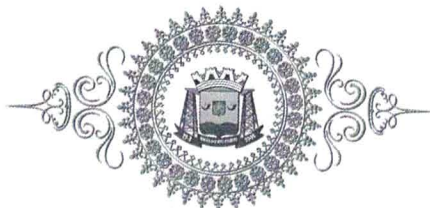
Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo
Estado de Mato Grosso do Sul
CNPJ 01.696.482/0001-29 - Rua Marciana C. Lemos, 64 - Santos Dumont
Fone: 67 3238 1560 - camararrp@gmail.com

RECEBEMOS

EM: 10 / 05 / 2021

HORAS: 11 : 51


João Marcos
Assessor CMRRP/MS




Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo
Estado de Mato Grosso do Sul

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal deverá oferecer, em seu site oficial, uma área para possibilitar o cidadão a emitir as guias necessárias para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Art. 2º - A possibilidade de pagamento online será amplamente divulgada e detalhada junto às campanhas anuais para pagamento do imposto.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do vereador Nego da Borracharia, 10 de maio de 2021.


Álvaro Andrade dos Santos
Vereador – PSD